

Crise econômica e centralização política: o Estado do Rio nos primeiros anos da Era Vargas (1930-1937)

*Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão**

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo central analisar as políticas de recuperação econômica do estado do Rio de Janeiro observadas na década de 1930. Essas iniciativas, tomadas num contexto de acentuada centralização política provocada pela Revolução de 1930, foram formuladas e empreendidas pelo governo federal, na condição de principal promotor, e em segundo plano pela administração fluminense.

Palavras-chave: governo Vargas; políticas de recuperação econômica; Estado do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The present article has as central objective to analyze the politics of economic recovery of Rio de Janeiro State during the 1930's. These initiatives were implemented in a context of sharp political centralization caused by the Revolution of 1930, and were formulated and undertaken by the federal government, as its main promoter, and, in the second place, by fluminense administration.

Key-words: Vargas' government; economic recovery policy; State of Rio de Janeiro.

1. A ampliação das atribuições do Estado na esfera econômica: a criação do IAA e do CNC/DNC

Uma das principais e mais imediatas consequências do triunfo do movimento revolucionário de 1930 foi a intervenção decisiva do Estado na esfera econômica. Essa mudança no papel até então desempenhado pelo Estado guarda estreita relação com o impacto da crise econômica internacional, irrompida em outubro de 1929 e seguida de longa depressão, sobre a economia brasileira em seu conjunto. Para combater os efeitos da crise, o Estado assumiu poderes inéditos ao nível da coordenação, planejamento, controle e incentivo a várias atividades econômicas, criando órgãos especificamente voltados para esses fins. Em relação ao açúcar e ao café, produtos-chave da economia fluminense, os

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense e editor-adjunto do *site* acadêmico www.brasiliana.com.br, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

órgãos públicos criados pelo poder central foram: o Instituto de Açúcar e do Alcool (IAA) e o Conselho Nacional do Café (CNC), depois Departamento Nacional do Café (DNC).

1.1 A política para o açúcar¹

Às voltas com problemas crônicos, agravados pelos efeitos da crise de 1929 – superprodução, queda dos preços, desorganização dos mercados – a agroindústria canavieira foi alvo de um crescente intervencionismo estatal, que culminaria na criação, em 1933, do IAA. A primeira medida do Governo Provisório (Decreto nº. 19.717, de 28/02/1931), visava aumentar o consumo do álcool, subproduto da cana-de-açúcar, tornando obrigatórias a mistura de 5% de álcool à gasolina e a utilização, pelos veículos pertencentes a órgãos públicos, de carburante que contivesse álcool numa proporção mínima de 10%. A iniciativa desagradou as companhias estrangeiras que distribuía gasolina importada no país. Um dia antes do decreto ser baixado, representantes da Atlantic Refining Company, da Tide Water Oil Export Corporation, da Anglo-Mexican Petroleum Co. Limited, da Texas Co. e da Standard Oil of Brazil entregaram um memorial a Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório, dando conta das suas preocupações com o conteúdo do decreto (*Correio da Manhã*, 20/02/1931, p. 2). O Decreto nº 19.717 previa igualmente a concessão de isenções para a importação de material a ser empregado na montagem de usinas para o fabrico de álcool anidro. A preocupação com a produção de álcool determinou a criação, em agosto de 1931, da Comissão de Estudos sobre o Alcool-Motor (CEAM), um dos precursores do IAA.

Pelo Decreto nº. 20.401, de 15/09/1931, o governo obrigava as usinas a depositarem 10% do açúcar destinado ao consumo em armazéns previamente indicados (). A intenção era formar um estoque regulador visando a evitar grandes oscilações nos preços do produto, o que garantiria uma remuneração razoável aos produtores e protegeria os consumidores de altas excessivas. Pouco depois, atendendo aos apelos dos usineiros – assustados com a queda, em 50%, dos preços da cana bruta e do açúcar na safra de 1931 –, o Governo Provisório criou a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar (CDPA) (Decreto nº 20.761, 07/12/1931).

Instalada em fevereiro de 1932, a CDPA tinha por meta estudar a situação estatística

¹ A redação deste item foi baseada em Szmrecsányi e Sá, 2001: 2.791-2.793.

e comercial da produção açucareira, preservar o equilíbrio entre a produção e o consumo através da exportação e sugerir medidas para o seu eficiente funcionamento. O açúcar produzido pelas usinas ficaria sujeito ao pagamento de uma taxa de três mil réis por saca de 60 quilos, cujo montante seria utilizado no financiamento e na defesa da produção. O Banco do Brasil ficou encarregado de arrecadar essa taxa, que serviria de garantia para os empréstimos concedidos pelo próprio banco aos produtores.

Ficou ainda acertado que a produção anual de açúcar de cada usina do país não poderia ultrapassar uma quota mínima, oportunamente estabelecida. A diretoria da comissão foi integrada por três representantes do governo federal (Banco do Brasil, Ministério da Fazenda e Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio), cinco dos estados produtores (Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Sergipe e Pernambuco), um consultor técnico e um secretário geral. Leonardo Truda, do Banco do Brasil, ocupou a presidência do órgão, o que atesta a importância do banco na organização que se pretendia imprimir à economia açucareira.

No início de 1933, percebia-se claramente que as iniciativas governamentais não tinham sido suficientes para superar as dificuldades. A produção de açúcar permanecia muito superior à demanda interna, na prática seu único mercado. A exportação do excedente não era viável, uma vez que a superprodução atingia outros países produtores. Uma alternativa possível – a destinação de quantidades cada vez maiores de cana para a fabricação do chamado “álcool direto” – só se tornaria realidade a médio prazo.

A criação do Instituto de Açúcar e do Alcool pelo Decreto nº. 22.709, de 1º/06/1933, procurou dar uma resposta a esse quadro. Com o IAA, resultado da fusão da CDPA com a CEAM, a intervenção estatal na agroindústria do açúcar tornou-se permanente e sistemática. O Decreto nº. 22.709 foi regulamentado e parcialmente modificado pelo Decreto nº. 22.981, de 25/07/1933, que estabeleceu a primeira estrutura organizacional do instituto. A direção foi confiada a uma comissão executiva de oito membros: quatro pelo governo federal (ministérios da Fazenda, da Agricultura e do Trabalho, Indústria e Comércio, e mais o Banco do Brasil, que financiaria a safra); quatro eleitos inter pares, com mandato de três anos, pelos representantes dos usineiros dos estados com uma produção anual acima de 200 mil sacas de 60 quilos. Esses últimos, junto com os representantes dos plantadores de cana dos estados com produção anual de mais de 160 mil

toneladas (um por estado), faziam parte igualmente do conselho consultivo.

Instalado em agosto de 1933, o IAA tinha por finalidade assegurar o equilíbrio interno entre as safras anuais de cana e o consumo de açúcar, mediante o emprego obrigatório de uma quantidade de matéria-prima no fabrico do álcool. A ideia básica era promover o equilíbrio entre produção e consumo e a diversificação da produção (álcool, aguardente) e instituir um regime de cotas, no intuito de evitar a superprodução. Preconizavam-se também o estabelecimento de preços mínimos e máximos, visando a estabilidade do mercado, o aproveitamento do excedente de matéria-prima na fabricação do álcool anidro, o apoio às usinas na produção de álcool anidro e na instalação de destilarias centrais, a fixação do limite de produção para todas as fábricas de açúcar, e a regulamentação das relações de compra e venda de cana entre os lavradores-fornecedores e as usinas. Outro ponto importante foi a proibição da montagem de novas usinas, engenhos e banguês, sem consulta prévia ao IAA e a aprovação dos planos de instalação pelo órgão. Criticada pelos produtores, essa interdição foi retirada, mas em contrapartida foi proibida a remoção, total ou parcial, das usinas já existentes de um estado para outro.

A complexa questão envolvendo as operações de compra e venda de cana entre lavradores e usineiros foi discutida pelo Congresso após a normalização da vida política do país, e deu origem à Lei nº 178, de 09/01/1936. Sua regulamentação, contudo, suscitou contínuas polêmicas, que só seriam superadas com a aprovação do Estatuto da Lavoura Canavieira, de 1941, em pleno Estado Novo.

1.2 A política para o café²

O Governo Provisório procurou superar o grave problema da superprodução do café mediante a polêmica queima de parte dos estoques. Em abril de 1931, o governo de São Paulo, o principal estado cafeeiro, promoveu uma convenção dos estados produtores, que contou também com a participação de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Espírito Santo. A principal decisão então tomada foi a criação do Conselho Nacional do Café (CNC), regulamentada pelo Decreto nº 20.003, de 16 de maio. O órgão seria dirigido por um conselho presidido por um delegado especial do governo federal, e integrado por mais

² A redação deste item foi baseada em Cabral e Sá, 2001: 2.785-2.789.

um delegado por estado produtor (os cinco acima mencionados) e um único delegado representando os estados cafeeiros de menor expressão (Bahia, Goiás e Pernambuco). Era proibida a participação no conselho de pessoas envolvidas no comércio do café.

O CNC gozava de personalidade própria, ampla autonomia e jurisdição sobre todo o território nacional. Apesar de sua criação ter acarretado uma presença mais efetiva do governo federal na definição da política cafeeira, a própria organização do CNC revelava os limites dessa participação, na medida em que a União dividia as responsabilidades com os estados produtores. Embora o Ministério da Fazenda tivesse o direito de fiscalizar as operações realizadas pelo Conselho, em contrapartida, qualquer decisão acerca das atividades e finalidades do órgão só podia ser tomada mediante a convocação de um novo convênio cafeeiro. As principais metas do CNC eram reduzir a oferta de café, dando prosseguimento à prática da compra e posterior queima de parte dos estoques, selecionar as qualidades do produto para exportação e promover a propaganda do café no exterior. Uma de suas atribuições era arrecadar e administrar a taxa-ouro de 10 shillings sobre cada saca de café exportado, que financiaria as suas operações.

Nova reunião dos estados cafeeiros, realizada entre 30 de novembro e 5 de dezembro de 1931, aumentou o valor da taxa-ouro para 15 shillings. A diferença seria aplicada no pagamento do serviço do empréstimo de 20 milhões de libras esterlinas contraído pelo governo de São Paulo para a aquisição dos estoques acumulados. Dois decretos baixados em 1932 revelavam a continuada preocupação do CNC e do Governo Provisório com o excesso da oferta: o de nº 21.339, de 30 de abril, que apresentou um novo regulamento para o plantio de pés de café; e o de nº 22.121, de 22 de novembro, que proibiu o plantio de café em todo território nacional pelo prazo de três anos.

Considerado pelo poder central como excessivamente comprometido com os interesses dos estados produtores, o CNC foi extinto, sendo criado em seu lugar o Departamento Nacional do Café (DNC) (Decreto nº. 22.452, de 10/02/1933). Autarquia federal ligada ao Ministério da Fazenda, o DNC seria administrado por uma junta composta por três diretores livremente nomeados pelo governo federal. A estrutura do departamento comportaria também um conselho consultivo integrado por representantes dos estados produtores e das praças exportadoras e só se reuniria por convocação da diretoria. Eliminando a ação dos estados, o novo órgão aprofundou a orientação imprimida pelo CNC

à questão cafeeira, ou seja, impedir a baixa do preço do produto, através da compra e posterior eliminação dos estoques, e impor limitações ao plantio. Além disso, iniciou um amplo programa que abrangia a aquisição, a armazenagem e o escoamento do café.

Nos anos seguintes, o DNC consolidou sua posição como órgão executor da política cafeeira. Em duas ocasiões, convocou os estados produtores para discutirem questões atinentes ao setor: em julho de 1935, quando foi criado um novo imposto de exportação sobre o café e proibido o plantio de novas lavouras em todo território nacional (menos nos estados que não tivessem atingido a quota máxima de 50 milhões de pés); e em maio de 1937, quando foi determinado que apenas 30% de toda a safra poderiam ser livremente comercializados; os 70% restantes seriam vendidos ao DNC por preços pré-fixados.

2 - Contextualização política e administrativa do Estado do Rio (1930-1937)

2.1 A cena política

A vitória do movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís e colocou um ponto final na Primeira República provocou no Estado do Rio uma extrema instabilidade política. O principal motor dessa situação foi a disputa pelo poder travada entre as facções oligárquicas que apoiaram a Revolução de 1930, representadas basicamente pelos partidários de Nilo Peçanha, e os “tenentes”, que se consideravam os únicos e legítimos porta-vozes do novo governo. Esse conflito traduziu-se por uma intensa rotatividade no exercício da interventoria no Estado do Rio, no primeiro ano do Governo Provisório. Apenas em dezembro de 1931, com a posse do capitão-tenente Ari Parreiras, a agitação política chegou ao fim.³

Anunciada em maio de 1932 e confirmada em outubro, após a derrota dos paulistas na Revolução Constitucionalista, a normalização institucional do país provocou intensa

³ Entre outubro de 1930 e dezembro de 1931 a chefia do Executivo fluminense foi ocupada por nada menos do que quatro interventores. Em 24 de outubro de 1930, data da deposição de Washington Luís, o presidente do estado, Manuel Duarte, foi substituído pelo tenente-coronel Demócrito Barbosa, que permaneceu no poder apenas cinco dias. No dia 29, assumiu a interventoria, a título provisório, o gaúcho Plínio Casado, confirmado no cargo por Getúlio Vargas em 14 de novembro. Visto com reservas pelos políticos fluminenses, Casado manteve-se no poder durante sete meses, tendo sido alvo de um frustrado golpe armado, visando depô-lo, em fevereiro de 1931. Em 30 de maio seguinte, foi substituído pelo general João de Deus Mena Barreto, sucedido, por sua vez, por seu secretário-geral, o coronel Pantaleão Pessoa, em 5 de novembro. Pessoa permaneceu à frente do governo fluminense por pouco mais de um mês, passando o cargo para o capitão-tenente Ari Parreiras em 15 de dezembro de 1931.

movimentação no estado em torno da reorganização partidária e das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e a Assembleia Constituinte fluminense. As principais agremiações surgidas foram a União Progressista Fluminense (UPF), fundada em fevereiro de 1933, e o Partido Popular Radical (PPR), criado em março⁴. O Partido Socialista Fluminense (PSF), fundado em dezembro de 1932, era a terceira força política estadual. Apesar de os dois maiores partidos apresentarem pontos em comum, a UPF centrava seus esforços nas questões sociais (regulamentação do trabalho da mulher e da criança, concessão de pensões para os trabalhadores e inválidos, instituição do salário-mínimo rural), o PPR priorizava as questões político-institucionais (voto secreto, autonomia dos estados e municípios, reformulação do sistema tributário).

As eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, realizadas em 3 de maio de 1933, foram extremamente concorridas no Estado do Rio. As 17 cadeiras reservadas ao estado foram disputadas por 190 candidatos – que concorriam por mais de dez partidos –, o maior contingente em todo o Brasil e o segundo coeficiente candidato-vaga mais alto. O PPR elegeu dez deputados, saiu do pleito como o maior partido fluminense, seguido da UPF, que elegeu quatro. Porém, nas eleições seguintes, realizadas em outubro de 1934, para a primeira legislatura da Câmara dos Deputados e para a Constituinte estadual, a UPF levou a melhor. Para a Câmara, fez oito deputados, contra cinco do PPR, e para a Constituinte elegeu 19 deputados, contra 18 do PPR. Os constituintes fluminenses teriam uma dupla responsabilidade: elaborar a nova Carta estadual e eleger o governador, em substituição a Ari Parreiras, e dois senadores para o Congresso.

A eleição do governador e dos senadores representou a última etapa do processo de reconstitucionalização. Ari Parreiras não só não se candidatou à chefia do governo estadual, como também, ao contrário do ocorrido na maioria dos demais estados, não tomou parte e muito menos controlou o encaminhamento da questão sucessória. Como a eleição era indireta, os partidos tinham de garantir a maioria absoluta na Assembleia, tarefa que isoladamente era impossível tanto para a UPF quanto para o PPR. Aliando-se ao PSF, o PPR, após tumultuada votação, acabou elegendo, em novembro de 1934, seu candidato, o então ministro da Marinha, almirante Protógenes Guimarães.

⁴ A elaboração do quadro político-partidário fluminense até o golpe do Estado Novo foi baseada em Abreu, 2001: 4.345-4.346 e 5.852-5.853.

A despeito das iniciativas de Protógenes para promover um acordo entre a UPF e o PPR, não se produziu a estabilidade política desejada. A disputa pelo poder nos municípios agravou os conflitos, gerando crises internas nos partidos. A questão da sucessão presidencial acirrou ainda mais as contradições, envolvendo políticos fluminenses nas articulações para a escolha do substituto de Vargas. Os candidatos Armando de Sales Oliveira, da oposição, e José Américo de Almeida, situacionista, receberam apoios independentes das orientações dos partidos. A doença do governador agravou definitivamente a situação. Obrigado a licenciar-se com frequência, Protógenes perdeu a precária maioria com que contava na Assembleia Legislativa e a oposição chegou a ameaçá-lo com o *impeachment*. Temendo perder o controle sobre o governo fluminense, Vargas decretou a intervenção no estado em 9 de novembro de 1937, nomeando executor da medida o capitão-tenente Ernâni Amaral Peixoto, seu futuro genro. No dia seguinte, foi deflagrado o golpe que implantou o Estado Novo. Amaral Peixoto foi confirmado no cargo, no qual permaneceria até 1945.

2.2 O quadro administrativo

Após a Revolução de 1930, o governo fluminense fazia-se presente no campo econômico através da Secretaria da Agricultura e Trabalho e do Conselho Econômico do Estado, e também da Secretaria de Finanças. A primeira foi criada em agosto de 1931, ocasião em que foi extinto o Instituto de Fomento e Economia Agrícola (IFEA), organizado em agosto de 1926,⁵ e cujas atribuições passaram à nova secretaria. A Secretaria de Agricultura e Trabalho teria a seu encargo os serviços relativos à agricultura, pecuária, indústria em geral, comércio, artes, hidráulica agrícola, estatística, minas, terras devolutas, imigração e colonização, bem como os trabalhos geográficos e geológicos do estado.

Na interventoria de Ari Parreiras, esta secretaria passou a denominar-se Secretaria de Estado da Produção (Decreto nº. 3.034, de 30/12/1933). Suas atribuições incluíam o estudo e a solução das questões relativas à agricultura, à indústria, ao trabalho e ao comércio, ao regime florestal, aos bens do estado, às vias de comunicação e às obras públicas, à fiscalização de empresas, companhias e sociedades que exercessem atividades

⁵ Para maiores informações sobre o IFEA, o contexto de sua criação e os primeiros anos de atuação, ver Kornis, 1989: 279, 286-288, 289 (n. 10), 290 (n. 11) e 292 (n. 48).

em virtude de contrato ou concessão, e à colonização e imigração. As atividades eram desenvolvidas por quatro departamentos – Agricultura, Engenharia, Trabalho e Domínio do Estado –, subdivididos em órgãos ainda mais especializados. O Departamento de Agricultura era organizado nas divisões de Produção, Indústria e Comércio, Estatística e Publicidade, entre outras. No governo de Protógenes Guimarães, a Secretaria de Produção passou a denominar-se Secretaria de Estado de Agricultura, Viação e Obras Públicas (Decreto nº. 115, de 20/01/1936).

O Conselho Econômico do Estado foi criado pelo Decreto nº 2.753, de 21/03/1932. Integrado por representantes da lavoura, da pecuária, das indústrias, do comércio e do proletariado, aos quais se somavam quatro membros de livre nomeação do governo estadual,⁶ o Conselho foi incumbido de estudar a situação econômica do estado e propor soluções para os assuntos a ela afetos. Foram submetidos à sua apreciação, ainda em 1932, os projetos de revisão do regime tributário, de orçamento de receita e despesa do estado, bem como os anteprojetos dos impostos de exportação, do selo, territorial e de transmissão de propriedade. Em março de 1933, o presidente do Conselho, Otto Leonardos, apresentou um projeto de reerguimento da lavoura fluminense que incluía a constituição de sindicatos agrícolas, associações de consumo e de crédito mútuo e sociedades cooperativas de produção. O conselho apresentou, também, uma proposta de extinção da formiga saúva (Diário Oficial, de 11/10/1933), e um estudo referente à organização tributária do estado, submetida ao interventor Ari Parreiras em abril de 1934.

3. A política econômica da administração fluminense

A perda de autonomia dos estados frente à União constituiu uma das peças-chave do modelo centralizador introduzido pela Revolução de 1930, redefinindo o regime federativo vigente no país durante a Primeira República. No plano econômico, os governos estaduais, atrelados às determinações ditadas pelo poder central, ficaram virtualmente impedidos de traçar políticas próprias de combate aos problemas locais. O Estado do Rio não foi exceção à regra.

Durante a interventoria de Ari Parreiras, que correspondeu cronologicamente à maior parte do Governo Provisório, a administração fluminense limitou-se a tomar medidas

⁶ Essas informações foram recolhidas no relatório de Ari Parreiras de 1933.

que atenuaram o impacto ou complementaram aquelas empreendidas por meio de agências federais como o IAA e o DNC. Apesar de o governo Protógenes ter transcorrido numa conjuntura marcada pela normalização da vida político-institucional, isso não implicou nenhuma alteração de fundo em relação ao período anterior.

Apresentamos a seguir as principais iniciativas do governo estadual no tocante ao açúcar e ao café, e também a outros produtos agrícolas, à pecuária, à produção salineira e à indústria, atividades que completavam o quadro da economia fluminense.

3.1 O açúcar

A ação empreendida pelas autoridades estaduais no sentido de minimizar os efeitos da crise sobre a economia açucareira centrou-se na redução dos ônus fiscais que pesavam sobre os fornecedores de cana-de-açúcar e usineiros, e no financiamento da produção nos períodos de entressafra. A primeira medida foi tomada na interventoria Mena Barreto, diminuindo a cobrança de impostos sobre a produção de açúcar. O Decreto nº 2.610, de 19/06/1931, isentava do imposto estadual e da taxa adicional destinada às operações do IFEA 10% da safra de 1930-1931 voltada para a exportação. Durante a interventoria de Ari Parreiras, as mudas de cana-planta foram isentas do pagamento de qualquer imposto estadual (Decreto nº. 2.750, de 17/03/1932). Em 6 de julho, o Decreto nº. 2.793 isentou de impostos de exportação e viação toda quantidade de açúcar não-excedente de três mil toneladas. A taxa-ouro sobre o açúcar foi fixada em 1\$500 pelo Decreto nº 2.877, de 11/02/1933 e, posteriormente extinta, pelo Decreto nº. 3.000, de 1º de dezembro. Em seu lugar, foi criada a taxa de defesa do açúcar, que seria cobrada em mil-réis papel.⁷

No governo Protógenes, atendendo a requerimento apresentado pelo Sindicato Agrícola de Campos, o governador concedeu a isenção dos impostos estaduais para uma quantidade de açúcar não-excedente de 250.000 sacas, tipo demerara, para exportação (Decreto nº. 15, de 28/11/1935). Todo o álcool produzido para ser adicionado à gasolina ficou isento da taxa de \$100 então cobrada sobre este combustível (Decreto nº 36, de 14/12/1935).

No que concerne ao financiamento da entressafra do açúcar, até 1931 os empréstimos aos usineiros e lavradores de cana eram realizados durante os meses da

⁷ Os mesmos decretos tratavam simultaneamente da taxação do café.

entressafra por intermédio do IFEA. Extinto o órgão, as entidades representativas da economia açucareira de Campos solicitaram a Ari Parreiras a continuação das referidas operações de crédito. Após entendimentos entre a Secretaria de Finanças e o Banco do Brasil, ficou acertado que o financiamento seria feito por meio da emissão de títulos (notas promissórias) aos usineiros e lavradores. Estes últimos deveriam apresentar o aval de terceiros, de acordo com o cadastro do Banco do Brasil. Os usineiros dariam como garantia aquilo que pudessem dispor de seus próprios bens industriais e agrários. O governo estadual assumiu a responsabilidade sobre o total da quantia a ser lançada no empréstimo.

O Decreto nº. 2.737, de 17/02/1932, autorizou a realização destes empréstimos, sendo, em seguida, lavrado o respectivo contrato pelo Banco do Brasil. Em 1933, segundo o relatório de Ari Parreiras, esta primeira operação incluiu 11 usineiros e 71 lavradores, sendo tomados no total da operação 2.199:405\$309. Todos os empréstimos foram resgatados de maneira relativamente pontual.⁸

Paralelamente à ação desenvolvida pelo governo fluminense, as entidades representativas da agroindústria canavieira tentavam organizar o setor em âmbito regional. Duas das mais importantes – a Sociedade Cooperativa Açucareira Fluminense e o Sindicato Agrícola de Campos, que defendiam, respectivamente, as posições dos usineiros e dos lavradores de cana⁹ – tomaram como interlocutor preferencial o governo federal, através de suas agências específicas, a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar e, mais tarde, o IAA.¹⁰

Por ocasião da apresentação do anteprojeto de criação do IAA, em abril de 1933, a Sociedade Cooperativa publicou um longo memorial dirigido ao ministro da Agricultura, Juarez Távora, contendo sugestões e comentários sobre a política açucareira. A entidade requeria, entre outros pontos, a inclusão de álcool de 96° como carburante nacional – indo

⁸ A operação de crédito para o financiamento da entressafra do açúcar continuou a ser realizada nos mesmos moldes até 1937. Com o intuito de autorizar a sua efetivação foram baixados por Ari Parreira os decretos nº 2.875, de 07/02/1933, nº. 3.042, de 09/03/1934, e o nº. 3.206, de 5/02/1935. Durante o governo Protógenes o financiamento da entressafra do açúcar foi autorizado pelo Decreto nº. 212, de 23/02/1937. Não estão disponíveis os dados sobre o financiamento da entressafra de 1936.

⁹ Apesar de haver uma virtual convergência de interesses entre usineiros e lavradores, isso deve ser relativizado. Conforme já foi visto, os desentendimentos entre eles levaram à regulamentação das suas relações, pelo Congresso Nacional, o que originou a Lei nº. 178, de 09/01/1936, e, posteriormente, o Estatuto da Lavoura Canavieira, de 1941.

¹⁰ As informações acerca das iniciativas tomadas por essas entidades foram obtidas em suas próprias publicações e no *Correio da Manhã*.

contra, portanto, a aceitação exclusiva do álcool anidro como combustível (nem todas as usinas tinham capacidade de produzir o álcool anidro) –, a fixação de preços remuneradores para o álcool e para os diferentes tipos de açúcar e a fundação de cooperativas em todos os estados produtores.

As duas entidades promoviam reuniões de usineiros e lavradores, nas quais eram tomadas decisões a respeito dos rumos da economia açucareira do estado. Pelo acordo firmado entre os usineiros fluminenses em junho de 1933, a Sociedade Cooperativa ficou encarregada de controlar as vendas dos açúcares da safra de 1933-1934 fabricados em Campos e em outros municípios, fixar os preços para os diferentes tipos produzidos, determinar as tabelas semanais para os preços da matéria-prima e entrar em contato com a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar, caso fosse necessário oferecer amparo aos produtores. Essas deliberações foram comunicadas ao presidente da Comissão, Leonardo Truda, recebendo o seu apoio, bem como o do Sindicato Agrícola de Campos.

Nova reunião foi realizada em agosto de 1933, desta vez por convocação do Sindicato Agrícola. Temendo uma tendência à baixa dos preços, vislumbrada nos mercados, usineiros e lavradores decidiram formar uma comissão que funcionaria em Campos e no Rio de Janeiro, e que ficaria incumbida de efetuar as vendas da safra de 1933-1934. A realização das vendas passaria a levar em consideração o volume de produção de cada usineiro e não seriam efetuadas vendas inferiores a mil sacos. A comissão ficava responsável pela fixação dos preços, pela concessão de comissões aos intermediários e pelo controle dos tipos de açúcar vendidos. Além disso, poderia reter até 20% da produção para controle dos estoques, caso fosse preciso. Ficou igualmente decidida a retirada dos mercados de no mínimo cem mil sacas de açúcar, as quais seriam entregues à Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (depois IAA) ou ao Banco do Brasil. Este estoque seria objeto de contratos de “retrovenda” e poderia vir a constituir o que se chamou de lote de sacrifício, caso fosse decidida sua eliminação. Os signatários deste acordo enviaram telegramas ao chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, e ao ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, solicitando a compra de 200 mil sacos de açúcar, ao preço de 42\$000.

De uma maneira geral, a Sociedade Cooperativa Açucareira Fluminense e o Sindicato Agrícola de Campos pareciam concordar com as iniciativas do governo federal, divulgando diversas manifestações de apoio às decisões governamentais, tais como a

criação dos armazéns reguladores (setembro de 1931) e a própria organização do IAA (julho de 1933). As divergências entre os usineiros e lavradores fluminenses em relação à política traçada pelo poder central centravam-se na questão da limitação da produção imposta pelo IAA.¹¹

Em 1934, usineiros do Estado do Rio apresentaram diversos recursos para que fossem revistos os seus limites de produção, que nem sempre receberam despachos favoráveis da Comissão Executiva do IAA. Em maio de 1936, a revista *Brasil Açucareiro* publicou diversos documentos relativos a um caso de infração ao decreto federal que fixava limites para a produção de açúcar. Quatro usineiros fluminenses haviam ultrapassado as suas quotas e tiveram os excessos, cerca de 25.000 sacas, apreendidos pelo IAA. Em resposta à intimação de transformar o excedente em álcool ou a exportá-los para o exterior, eles afirmaram, em ofício dirigido ao governador Protógenes Guimarães, que não dispunham de aparelhamento suficiente para a produção de combustível e que a exportação lhes seria ruinosa em termos financeiros. Eles pediam permissão para destinar o açúcar excedente ao mercado interno, o que lhes foi negado pelo IAA sob o argumento de que as duas soluções propostas pelo Instituto reduziam os lucros individuais, mas não punham em perigo a defesa coletiva da economia açucareira. Além disso, o limite da produção estabelecido para Campos já era superior em 20% à média quinquenal utilizada para o cálculo das quotas.

Vivendo há muitos anos uma situação extremamente precária, afastada do mercado externo e sofrendo a concorrência do açúcar nordestino no mercado carioca, a agroindústria açucareira fluminense foi severamente atingida pela depressão que se seguiu à crise de 1929. Analisando-se os índices relativos ao cálculo do custo de produção de cana-de-açúcar e comparando-os aos preços pagos pela tonelada na praça de Campos, verifica-se que os prejuízos que afetaram os lavradores no final da República Velha eram elevados. Entre

¹¹ As iniciativas governamentais que pretendiam limitar a produção de açúcar também não foram bem recebidas em São Paulo e em Pernambuco. Os produtores paulistas queixavam-se de que o estado teria de importar cerca de dois milhões de sacas para complementar a produção, limitada em 1,7 milhão de sacas. Segundo eles, o critério adotado pelo Decreto nº. 22.152 não deveria ter uma aplicação indiferenciada. Em Pernambuco, os usineiros questionaram a política de limitação da produção abaixo da capacidade das fábricas, afirmando que as máquinas, produzindo menos do que poderiam, encareceriam o produto, e que as terras usadas para a cana não se adequariam a outras lavouras (Cf. *Correio da Manhã*, 30/11/1931, p. 2).

1928 e 1930, o preço pago pela tonelada de cana caiu de 40\$000 para 15\$000,¹² enquanto os custos de produção da mesma quantidade do produto giravam em torno de 16\$000.

Todavia, a partir de 1931 nota-se uma recuperação dos preços da cana-de-açúcar. A ação do governo federal, voltada, sobretudo para a garantia dos preços pagos pelo açúcar no mercado interno, deu resultados. Se durante a safra de 1929-1930 eram pagos 28\$200 pela saca de 60 quilos no Distrito Federal, os preços subiram para 36\$700 na safra seguinte e atingiram a cifra de 49\$100 na safra de 1933-1934. Embora os preços pagos pela tonelada de cana já tivessem então superado os custos de produção, surgiram novos problemas para os lavradores fluminenses, causados pela limitação imposta pelo governo federal para a produção de açúcar. Algumas usinas anunciaram que, para não excederem esses limites, só moeriam as canas próprias durante a safra de 1934-1935. Os fornecedores foram os maiores prejudicados, já que não tinham para onde enviar as canas.

Apesar das restrições impostas à produção e de se observar uma redução no volume físico produzido pela lavoura canavieira fluminense em 1931 e 1932, cujas causas devem ser buscadas nos efeitos mais imediatos da crise de 1929, a partir de 1933 verifica-se um aumento constante dos índices relativos à produção. Esse incremento acabaria guindando o Estado do Rio à condição de primeiro produtor brasileiro de açúcar em 1936.

O número de usinas em funcionamento no Rio de Janeiro diminuiu ligeiramente – de 29, em 1930-1931, para 27, em 1935 –, mas, em contrapartida, foram efetuados investimentos visando ao aumento da capacidade de produção. Assim, malgrado algumas oscilações, a produção total das usinas (excluindo, portanto, os engenhos e os banguês) registrou um crescimento considerável, passando de 1.345.297 sacas na safra de 1930-1931 para 2.613.635 sacas em 1936-1937.¹³

Campos era o principal município açucareiro do estado. As duas maiores usinas campistas eram a Usina Santa Cruz, controlada pelo Sindicato Anglo-Brasileiro S/A, e a Usina Santa Maria, da Companhia Agrícola Usina Santa Maria, que podiam produzir, respectivamente, 150.000 e 45.000 toneladas de açúcar por ano. Eram ligadas diretamente aos trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina, a primeira por ferrovia própria e a segunda por

¹² “Preço da cana em Campos por tonelada e por carro no período de 1928 a 1935”. In: *Brasil Açucareiro*, 7 (3), maio de 1936. Carli (1942) assinala preços ainda mais baixos: 10\$000 a tonelada.

¹³ Não se dispõe dos dados exatos para a safra de 1937-1938. O *Anuário Açucareiro* de 1937 apresenta uma estimativa de 2,6 milhões de sacas para a referida safra.

estrada de rodagem. Outras importantes usinas localizadas em Campos eram a Queimado, de Julião Nogueira & Irmão, e a São José, de Francisco Vasconcelos. Macaé também se destacava como importante centro produtor. O município sediava o primeiro engenho central fundado no Brasil, a Usina Quissamã, da Companhia Engenho Central de Quissamã, que produziu 141 mil sacos de açúcar, em 1931, e a Usina São Luís, da firma Doederlein e Cia., que, em 1933, podia produzir 200 toneladas/dia de açúcar. A usina possuía uma fazenda (a fazenda das Garças), com uma área total de 300 alqueires.¹⁴

A evolução da exportação do produto e do imposto arrecadado sobre o açúcar também aponta para um crescimento da produção. O volume exportado passou de quase 40 milhões de quilos em 1931 para pouco mais de 79 milhões em 1935. A participação do imposto sobre a exportação do açúcar na arrecadação estadual passou de 14% em 1931, para 23,2% em 1936.¹⁵ A área dedicada ao cultivo, significativamente reduzida entre as safras de 1931 e 1933, voltou a se ampliar a partir do ano seguinte, atingindo em 1936-1937 mais do dobro do registrado no início do período.

No que toca às técnicas de plantio, embora ainda fossem rudimentares (não havia, por exemplo, seleção de culturas nem uma preocupação maior com a produtividade), foram introduzidas novas espécies de cana-de-açúcar, mais resistentes à praga do mosaico. Essa iniciativa ficou a cargo, sobretudo, da Estação Experimental de Campos.

Os dados disponíveis em relação à produção de álcool-motor, uma das principais preocupações do governo federal em relação à economia açucareira, são escassos. Os municípios de Paraíba do Sul, Itaboraí, Itaocara, Duas Barras, Rio Bonito, Japuíba, São Francisco de Paula, São Pedro da Aldeia, Saquarema, São Fidélis, Magé, Barra de São João e Parati produziram 2,3 milhões de litros em 1930, 3,1 milhões em 1931, total que baixou para 2,6 milhões em 1932.¹⁶ Em 1937, funcionavam no estado 20 destilarias, com uma capacidade de produção de 138 mil litros/dia de álcool anidro e de 83,4 mil litros de álcool potável. Naquele ano elas produziram 5,8 milhões de litros do primeiro e 10,1 milhões do segundo. Em junho de 1936, o IAA iniciou a instalação de uma destilaria central na região

¹⁴ As informações sobre a capacidade de produção, a maquinaria instalada e as condições de transporte dessas usinas foram obtidas nas publicações da Comissão de Defesa da Produção do Açúcar e do IAA.

¹⁵ Ver *Nota estatística*, 1938, do IBGE. O artigo “A economia dos estados (VIII): Estado do Rio de Janeiro”. In: *Cultura Política* 2 (34) assinala para o ano de 1936 o índice de 28,8% para a participação do açúcar na arrecadação estadual.

¹⁶ As informações levantadas não cobrem todo o período pesquisado e não incluem os dois principais municípios produtores, Campos e Macaé.

de Campos.

3.2 O café

Uma das primeiras iniciativas do governo fluminense para abrandar os efeitos da crise de 1929 sobre a cafeicultura foi a criação do Serviço de Defesa do Café, na interventoria Mena Barreto. Pelo regulamento, publicado em 15 de agosto de 1931, o novo órgão ficava encarregado de levantar anualmente a estimativa das safras cafeeiras, providenciar a condução do café junto às estradas de ferro e às companhias de transportes e dirigir e fiscalizar os serviços dos armazéns reguladores autorizados.¹⁷ O Serviço de Defesa do Café foi extinto pelo Decreto nº. 2.917, de 03/07/1933, já na interventoria Ari Parreiras. A responsabilidade de regularizar os transportes de café foi então transferida para a Inspeção de Rendas, da Secretaria de Finanças.

Ari Parreiras não formulou críticas diretas às soluções dadas pelo governo federal para o problema da baixa dos preços do café. Antes, reconhecia nas circunstâncias criadas pela crise de 1929 as razões para que a política de eliminação de estoques tivesse sido implementada. Sua principal preocupação foi minimizar o ônus que recaía sobre os cafeicultores por conta da já mencionada sobretaxação imposta pelo CNC/DNC. Várias iniciativas foram tomadas nessa direção: isenção de impostos e taxas sobre o café adquirido pelo CNC para eliminação (Decreto nº. 2.772, de 19/05/1932); redução de 6\$500 para 5\$000 da taxa-ouro cobrada sobre todo o café exportado (Decreto nº. 2.877, de 11/02/1933); isenção do pagamento do imposto de exportação *ad valorem* e da taxa-ouro sobre 40% da safra de 1933/1934, vendidos compulsoriamente ao DNC (Decreto nº. 2.924, de 28/06/1933); extinção da taxa-ouro sobre o café exportado e sua substituição pela taxa de defesa do café, a ser cobrada em mil-réis papel, (Decreto nº. 3.000, de 1º/12/1933). Este último decreto complementou decisão federal no sentido de extinguir a percepção de taxa-ouro nas repartições públicas.

O interventor também apoiou a campanha pela produção de cafés finos, promovida pelo DNC. O Decreto nº. 2.905, de 17/05/1932, concedeu crédito extraordinário para a

¹⁷ Ainda em agosto de 1931, foi criado o Banco Fluminense do Café, pelo Decreto nº 2.632, publicado no dia 12. Seus objetivos relacionavam-se ao financiamento dos fretes para o transporte do produto. Não se sabe, contudo, se a organização bancária chegou a ser organizada (em 21 de agosto, o *Diário Oficial* do estado anunciava que enquanto o banco não entrasse em funcionamento os fretes seriam financiados pelo Serviço de Defesa do Café).

aquisição de máquinas para o beneficiamento do produto. Ao longo da gestão de Parreiras foram construídas, no total, 20 usinas de beneficiamento de café.

Protógenes Guimarães era contrário à orientação do DNC de favorecer o escoamento de cafés finos. Segundo ele, essa política havia prejudicado a produção fluminense,¹⁸ atingindo frontalmente o norte do estado, principal área produtora e que cultivava cafés de tipos inferiores, com restritas possibilidades de exportação. Em sua *Mensagem* de 1936, sugeria que a quota compulsória do café para a compra pelo DNC não fosse mais fixada com base no cálculo do conjunto da produção brasileira e sim na média anual produzida por cada estado. Encaminhou também reclamação de agricultores relativa ao preço para a saca de café da quota compulsória do DNC, fixado em 5\$000. Os produtores consideravam esta quantia suficiente apenas para pagar a sacaria e o beneficiamento do produto. Em abril de 1937, o deputado estadual Lacerda Nogueira apresentou requerimento à Assembleia Legislativa, sugerindo que o café que estava sendo queimado fosse colocado no mercado abaixo do preço para consumo interno.¹⁹

Na realidade, os desdobramentos da crise de 1929 surpreenderam a lavoura cafeeira fluminense num momento em que as tentativas de dinamização do setor, empreendidas durante os governos de Feliciano Sodré (1924-1927) e Manuel Duarte (1927-1930)²⁰ começavam a surtir efeito. A política federal de formação de estoques reguladores favoreceu a ocorrência de conjunturas de preços vantajosas para o produto, o que se refletiu, já no final da década de 1920, na intensa ocupação do noroeste do estado por cafezais. Em 1930, os principais municípios cafeicultores eram Itaperuna (52,3 milhões de pés de café plantados), Santo Antônio de Pádua (21,5 milhões) e Cambuci (19,9 milhões). Itaperuna era também o município que mais produzia café em todo o país, posição desfrutada desde pelo menos o início da década de 1920 e mantida nos primeiros anos do decênio seguinte.

A despeito da crise dos mercados consumidores, a produção cafeeira fluminense continuou a crescer até a safra de 1932, em virtude do plantio já realizado. Em 1933, o café

¹⁸ As Mensagens de Protógenes à Assembleia Legislativa não contêm informações sobre novas medidas relacionadas à política cafeeira, mas trazem dados úteis sobre a avaliação da administração estadual das diretrizes do DNC e de suas consequências para a cafeicultura fluminense.

¹⁹ Ver *Correio da Manhã*, 27/04/1937. Não foi possível verificar os eventuais desdobramentos da proposta do parlamentar.

²⁰ Ver, a esse respeito, Kornis, 1989: 286-288.

era ainda o principal produto da economia estadual e o que mais contribuía para a arrecadação pública (28%), seguido pela laranja (17,8%) e pelo açúcar (13,9%). Nesse ano, os principais municípios cafeeiros continuavam sendo Itaperuna (quase 80 milhões de pés), Santo Antônio de Pádua (26,1 milhões) e Cambuci (21 milhões). A área cultivada também continuava a crescer.

Todavia, a desvalorização do café no quadriênio 1931-1934 foi muito considerável. Para uma redução da produção do estado de 10.867.698 quilos em relação ao quadriênio anterior (1927-1930), o valor da produção diminuiu em 331.772:000\$. O valor médio da tonelada de café caiu de 2:272\$000 no quadriênio 1927-1930 para 1:182\$000 no quadriênio seguinte. A partir de 1934 o café deixou de representar o principal item da pauta de arrecadação estadual, tendo sido suplantado pela laranja, e 1935 também pelo açúcar. Paralelamente à queda da arrecadação, houve uma redução do volume físico da produção e da área cultivada a partir de 1934. Em relação a este último aspecto, verificou-se uma notável retração – cerca de 70% – entre as safras de 1936 e 1937.

As causas da decadência da cafeicultura fluminense na década de 1930 podem ser encontradas na precariedade das técnicas empregadas pelos lavradores e na baixa qualidade dos solos, provocada pela erosão, e também na orientação imposta pelo DNC de promover a cultura de cafés de tipos finos. Essa política prejudicou a produção do estado, que, composta, sobretudo por cafés de baixa qualidade, esbarrou em sérias dificuldades para ser colocada no mercado consumidor. As medidas tomadas durante a interventoria Ari Parreiras não foram suficientes para reverter a situação. Na verdade, os problemas agravaram-se. Se em 1931 o produto representava 37% do valor da produção agrícola fluminense, no final da década já era largamente ultrapassado não apenas pelo açúcar e pela laranja, como também pelo milho, pelo arroz e pela banana.

3.3 Outros produtos

Um aspecto da política econômica da administração estadual, presente na década de 1930, era a promoção da diversificação da agricultura, acionada no decorrer da Primeira República como um dos caminhos para a recuperação da economia fluminense.²¹ A crise

²¹Já na administração Nilo Peçanha (1903-1906), o governo estadual preocupava-se abertamente com a diversificação agrícola. Ver, a esse respeito, Pantoja, 1989:141-142.

de 1929 e a conseqüente queda dos preços nos mercados consumidores dos principais gêneros agrícolas do estado vieram reforçar a necessidade de se incentivar o cultivo de outros gêneros que não fossem o café e o açúcar.

Algumas iniciativas nesse sentido foram tomadas durante a interventoria Ari Parreiras. O Relatório da Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas de 1933 menciona a distribuição de mais de 60 mil quilos de sementes de milho, feijão, arroz e batatinha aos agricultores fluminenses. Os hortos e fazendas do governo estadual realizavam pesquisas de várias culturas e os técnicos recomendavam para as regiões úmidas o cultivo de plantas têxteis (juta, guaxima e papoula) e para as regiões mais elevadas as plantas oleaginosas (tungue e mamona). De acordo com o relatório da Secretaria de Produção de 1935, o Departamento do Domínio do Estado empreendeu um levantamento topográfico das terras devolutas com o objetivo de viabilizar a venda destas terras em lotes para a instituição da pequena propriedade rural. Foi também organizado um cadastro do crédito agrícola e das propriedades agrícolas do Rio de Janeiro.

A Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense²² tinha preocupações semelhantes. Sua organização representou um esforço do Governo Provisório no sentido de dar continuidade administrativa e unidade de direção a diversas iniciativas anteriores²³ e, num segundo momento, difundir a pequena propriedade rural, promover o cooperativismo e instalar colônias agrícolas nas áreas saneadas. O Relatório do órgão, do ano de 1934, recomendava que as obras iniciadas na Baixada Fluminense²⁴ pelas agências que antecederam a comissão deveriam ter seguimento, adotando-se como critério de prioridade o valor das terras, a proximidade dos centros de consumo e a existência de núcleos agrícolas já instalados nas regiões a serem saneadas. Os trabalhos deveriam ser financiados pela concessão de verbas públicas anuais e pela utilização da renda gerada pela venda dos terrenos saneados e pela cobrança de impostos para as áreas recém-ocupadas. Deveria ainda

²² A Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense foi criada em julho de 1933, por iniciativa do Departamento Nacional dos Portos e Navegação, órgão do Ministério da Viação e Obras Públicas. Em 1936, passou a denominar-se Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense.

²³ Pelo menos desde 1883 vinham sendo empreendidas, tanto por iniciativa do governo central quanto do provincial/estadual, tentativas de recuperação dos terrenos insalubres da Baixada Fluminense, sem, contudo, apresentarem resultados concretos.

²⁴ Cabe esclarecer que a denominação Baixada Fluminense aqui usada corresponde a um conjunto de baixadas litorâneas localizadas no litoral fluminense, desde a foz do rio Paraíba do Sul, ao norte, até a baía de Sepetiba, ao sul, incluindo a baixada da Guanabara, constituída pelos rios que desembocam na baía do mesmo nome, e que se refere, *grosso modo*, ao que hoje se entende por Baixada Fluminense.

ser elaborada uma legislação específica para essa cobrança e iniciada a colonização das áreas recuperadas. A execução das obras, entretanto, não foi iniciada de pronto. Os serviços só começaram em 1936 e ganhariam maior impulso durante o Estado Novo (1937-1945).²⁵

Apesar de não ter sido possível avaliar o impacto da política traçada pelo governo estadual nem das ações da Comissão de Saneamento, verificou-se, entre 1931 e 1937, um aumento na produção de vários gêneros agrícolas cultivados no Rio de Janeiro, como o arroz, a batata, o feijão e a mandioca, produtos de amplo consumo no próprio estado.

A produção de algodão passou a receber atenção especial por parte do governo fluminense a partir de 1935. O Relatório da Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas de 1936 assinala o interesse despertado pelo cultivo do produto em diferentes regiões do estado. O incremento da produção foi maior em Miracema, Santo Antônio de Pádua, Itaperuna e Campos (no norte-noroeste), Santa Teresa de Valença, Valença, Barra Mansa e Resende (no sul) e Capivari, São Pedro da Aldeia e Barra de São João (na Baixada Fluminense). Ao longo daquele ano, o Departamento de Agricultura distribuiu 55 mil quilos de semente de algodão nos municípios do norte do estado. Depois de sofrer uma redução considerável entre 1931 e 1932, a produção de algodão, em rama e em caroço, experimentou um crescimento significativo em 1936 e 1937. A área cultivada também registrou uma sensível ampliação.

A despeito do inegável crescimento da produção algodoeira, nenhuma atividade agrícola apresentou aumento tão notável quanto o cultivo da laranja, que encontrou na Baixada Fluminense clima, solo e relevo favoráveis à expansão da produção. Nova Iguaçu era, de longe, o maior produtor do estado. A proximidade do Distrito Federal, importante centro consumidor, e a facilidade do escoamento da produção também concorreram para o crescimento desta lavoura durante toda a década de 1930.

Os altos rendimentos auferidos permitiram à iniciativa privada adiantar-se ao governo federal no que concerne a alguns serviços de drenagem. Já em 1931, Getúlio Vargas inaugurou a primeira *packing-house* do município, iniciativa do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura. A *packing-house* era um estabelecimento de beneficiamento e embalagem, no caso, de laranjas, inspirada em

²⁵ Araújo (1941) dava como já realizadas a desobstrução de vários cursos d'água e a construção de 11 km de diques e canais ao longo do rio Meriti, com a consequente recuperação de uma área de 6.000km².

práticas adotadas nos Estados Unidos. As frutas eram lavadas, escovadas a seco, brumidas, separadas, classificadas e embaladas, alcançando a laranja assim tratada sensível elevação de preço. Em 1935, havia 24 *packing-houses* em funcionamento em Nova Iguaçu. Outros importantes municípios produtores de laranja eram São Gonçalo, Maricá, Magé e Itaboraí. Em 1934, a laranja representava a principal fonte de arrecadação do Tesouro estadual. O constante crescimento da produção estava ancorado no aumento da área cultivada, que passou de 11.500 hectares, em 1931, para 30.909 hectares, em 1937.

Outra fruta que registrou um aumento considerável foi a banana. A produção anual cresceu de 14,5 milhões de cachos em 1931 para cerca de 16,7 milhões em 1937. Este incremento, porém, não ocorreu de forma regular, tendo sido registradas ligeiras quedas tanto nos índices de produção quanto nos referentes à área cultivada. Em 1932, os principais municípios bananicultores do Rio de Janeiro eram Santana do Japuíba, Maricá e Rio Bonito. O estado era o quarto produtor brasileiro de abacaxi em 1934. A produção da fruta, concentrada na Baixada Fluminense, estava em ascensão desde 1930, mas sofreu ligeira queda a partir da safra de 1935. Tanto a produção de laranjas quanto a de bananas e a de abacaxis voltavam-se basicamente para o mercado externo, sobretudo a Argentina e a Europa Ocidental. A eclosão da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, acarretou sérios prejuízos a essas culturas, dos quais não conseguiriam jamais se recuperar.

A pecuária não foi objeto de maiores preocupações por parte do governo estadual na década de 1930.²⁶ De todo modo, sabe-se que em meados da década de 1930 a indústria pastoril era uma das principais fontes de riqueza do estado, tanto pela criação de gado propriamente dita quanto pelas indústrias derivadas do leite e da carne. O Estado do Rio era então o terceiro produtor de leite do país, o quinto de queijo e o sexto de manteiga. No ano de 1935, o rebanho fluminense estava assim distribuído: bovinos – 676 mil cabeças; suínos – 472,2 mil; asininos e muares – 115,5 mil; equinos – 85,6 mil; caprinos – 60,4 mil; e ovinos – 49,2 mil. Os índices de abate do gado bovino entre 1931 e 1936 revelam um crescimento regular até 1933, uma queda considerável entre 1934 e 1935 e um início de recuperação a partir de 1936. Em relação ao gado suíno, o abate manteve-se constante entre 1932 e 1934, sofrendo um ligeiro decréscimo em 1935, para voltar a ultrapassar os índices

²⁶ A maior parte das informações disponíveis sobre o tema foi localizada em Góis (1934). A *Sinopse Estatística do Estado*, publicada a partir de 1936, informava apenas sobre a população dos rebanhos e a produção de laticínios e derivados de carne de 1935 em diante.

do início da década em 1936.

Outro item importante da economia fluminense era a produção de sal. Em termos nacionais, o sal não foi objeto de nenhuma política específica por parte do governo federal durante os anos 1930. Entretanto, desde meados do decênio anterior já haviam sido apresentadas reivindicações solicitando uma intervenção governamental que organizasse a produção e os mercados consumidores. Essas demandas culminariam na criação do Instituto Nacional do Sal, por meio do Decreto-lei nº. 2.300, de 10/06/1940.

Acreditava-se que os produtores de sal seriam beneficiados se fossem tomadas medidas tais como a adoção de determinados processos de beneficiamento, o estabelecimento dos tipos de sal para exportação, a realização de propaganda nos mercados consumidores e a adoção de práticas protecionistas que inibissem a importação de sal estrangeiro (sobretudo o espanhol). Era também imprescindível a melhoria das condições de transporte, quer através da expansão das linhas férreas até Cabo Frio, quer da instalação de um porto naquela cidade. Após a encampação da Estrada de Ferro Maricá pelo governo federal, foram iniciados os trabalhos de prolongamento dos trilhos de Iguaba até Cabo Frio. Com relação à estrutura portuária de Cabo Frio, chegou a ser elaborado um projeto de porto, por iniciativa da Comissão da Inspeção de Portos e Costas. A organização da produção foi confiada, em parte, ao Centro Comércio Sal Fluminense, entidade privada composta por exportadores de sal que recebiam o produto dos salineiros contratados e o distribuíam às firmas comerciais. O centro ainda classificava o sal escoado e dispunha de embarcação própria para o transporte e a entrega aos mercados do Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Apesar dos problemas de transporte, a produção fluminense de sal, superada apenas pela do Rio Grande do Norte, encontrava facilidade de escoamento, visto se encontrar próxima dos centros consumidores (o Distrito Federal, em primeiro plano, e as áreas pastoris de Minas Gerais). A extração do produto era realizada, em sua maior parte, em pequenas propriedades. O único estabelecimento de grande porte era a Salinas Perinas, de propriedade da família Miguel Couto, com cerca de 250 hectares. Em 1931, o principal município produtor era Cabo Frio, onde eram extraídos 95% do sal do estado, seguido por Araruama e São Pedro da Aldeia. Estes três municípios, segundo Góis (1935), reuniam um total de 2.100 hectares de salinas. Embora não tenha sido possível construir um quadro

continuado sobre a produção de sal entre 1931 e 1937, pode-se afirmar que houve uma queda significativa em 1932, seguida de recuperação e crescimento constantes. A produção passou de pouco mais de 101 mil toneladas em 1931 para 117,3 mil em 1937.

As atividades industriais receberam algum estímulo, mediante decretos que concediam isenção tributária e outros incentivos às indústrias de cimento, química, têxtil e à produção de derivados de petróleo. Na interventoria de Mena Barreto, o governo fluminense isentou por dez anos de impostos estaduais e municipais as empresas que instalassem indústrias de produção de cimento tipo Portland com um capital mínimo de 10 mil contos (Decreto nº. 21.622, de 24/07/1931). Como consequência, foi celebrado um contrato entre o governo estadual e a Companhia Nacional de Cimento Portland com o intuito de iniciar a produção de cimento no estado.

A indústria química foi favorecida já na interventoria Ari Parreiras. Pelo Decreto nº 3.009, de 30/09/1933, todo indivíduo ou empresa que apresentasse requerimento para produção de soda cáustica e derivados ficava isento dos impostos de exportação e tinha reduzida a cobrança de impostos municipais. Ainda durante a interventoria Parreiras foi concedida isenção de impostos de exportação para indústrias de tecidos de lã (Decreto nº 2.945, de 08/08/1933) e de seda. O governo também manifestou interesse em apoiar a indústria de derivados de petróleo. O Decreto nº. 2.947, de 09/08/1933, concedeu, mediante requerimento do interessado, isenção do imposto de exportação *ad valorem*, por cinco anos, para a produção de querosene, óleos combustíveis e demais produtos derivados de petróleo.

A despeito da precariedade das fontes, pode-se afirmar que a produção industrial fluminense apresentou um incremento significativo entre 1931 e 1937. Para tal, entre outros fatores, em muito contribuiu o crescente aumento da oferta de energia elétrica.²⁷ Acompanhando os índices relativos ao valor da produção industrial, verifica-se uma queda de 18% no momento imediatamente posterior à crise de 1929. O aumento do valor da produção foi, todavia, constante, durante todo o período, passando de 289.799:000 em 1931 para 561.032:000 em 1937.

As informações para 1936 situam a indústria têxtil como o ramo de mais peso no

²⁷ As duas principais concessionárias de energia elétrica no Estado do Rio eram estrangeiras: a canadense Rio Light e a Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE), do grupo norte-americano American Foreign Power Company Limited (Amforp). Para maiores informações a esse respeito, ver Cabral e Lamarão, 1993, sobretudo “O predomínio da iniciativa privada” (1880-1936): 27-120.

estado, principalmente a produção de tecidos de algodão. Quanto ao número de fábricas em funcionamento nesse mesmo ano, destacavam-se os estabelecimentos produtores de bebidas (643), queijos (396), móveis (340), café e chá (138) e calçados (124). Quanto à localização, o quadro dominante em grande parte da Primeira República manteve-se praticamente inalterado na década de 1930. Assim, Petrópolis (indústria têxtil), Campos (agroindústria açucareira), Niterói e São Gonçalo continuaram liderando a produção industrial do estado.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. **Partido Popular Radical**. ABREU, Alzira Alves de BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN Fernando e LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer (coord.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001, v. 4: 4.345-4.346.

_____. **União Progressista Fluminense**. ABREU, Alzira Alves de BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN Fernando e LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer (coord.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930 (2ª ed. revista e ampliada). Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001, v. 5: 5.852-5.853.

ANUÁRIO Açucareiro. Rio de Janeiro, 1937.

ARAÚJO, Murilo. O saneamento da Baixada Fluminense. **Cultura Política**, v. 1, n. 9, nov., 1941: 119-126.

CABRAL, Lígia Martins e SÁ, Ana Cristina. **Instituto Brasileiro do Café**. ABREU, Alzira Alves de BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN Fernando e LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer (coord.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930 (2ª ed. revista e ampliada). Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001, v. 3: 2.785-2.789.

CABRAL, Lígia Martins e LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer (coord.). **A CERJ e a história da energia elétrica no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1993.

CARLI, Gileno de. **Evolução do problema açucareiro fluminense**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1942.

CORREIO da Manhã. Rio de Janeiro, 1931 e 1937.

ECONOMIA e agricultura. Rio de Janeiro, 1932-1934.

“A ECONOMIA dos estados (VIII): Estado do Rio de Janeiro”. In: *Cultura Política* 2 (34).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Notas estatísticas**.
Niterói, 1938.

GÓES, Hildebrando. **Relatório apresentado pelo engenheiro-chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense em 1934**. Rio de Janeiro, 1935.

KORNIS, Mônica. **A nova situação fluminense**. FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.).
A República na velha província. Rio de Janeiro: Rio Novo, 1989a: 275-292.

PANTOJA, Sílvia. **O projeto político de Nilo Peçanha**. FERREIRA, Marieta de Moraes
(coord.). A República na velha província. Rio de Janeiro: Rio Novo, 1989: 133-149.

PREÇO da cana em Campos por tonelada e por carro no período de 1928 a 1935. In:
BRASIL Açucareiro, v. 7, n. 3, mai., 1936.

REVISTA do Clube de Engenharia. Rio de Janeiro, setembro de 1934.

RIO DE JANEIRO (estado). **Mensagem do governador Protógenes Guimarães**. Niterói:
Imprensa Oficial, 1936.

RIO DE JANEIRO (estado). **Relatório do interventor Ary Parreiras - 1933**. Niterói:
Imprensa Oficial, 1934.

RIO DE JANEIRO (estado). **Sinopse Estatística do Estado, anos 1936, 1937 e 1938**.
Niterói: Imprensa Oficial.

SZMRECSÁNYI, Tamás e SÁ, Ana Cristina. **Instituto do Açúcar e do Alcool**. ABREU,
Alzira Alves de BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN Fernando e
LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer (coord.). Dicionário histórico-biográfico
brasileiro pós-1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001, v. 3: 2.791-
2.793.